



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10665.000759/2002-01

Recurso nº. : 143.036

Matéria : IRF - ANO: 1996

Recorrente : CHEVEL VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

Recorrida : 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG

Sessão de : 17 de junho de 2005

Acórdão nº. : 102-46.885

**ERRO MATERIAL – COMPROVAÇÃO** - Comprovado erro material no preenchimento da DCTF e apresentado recibo correspondente, incabível a exigência da multa.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CHEVEL VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

**LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO**  
PRESIDENTE

**SILVANA MANCINI KARAM**

RELATORA

FORMALIZADO EM: 07 JUL 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NAURY FRAGOSO TANAKA, LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA, JOSE OLESKOVICZ, ALEXANDRE ANDRADE LIMA DA FONTE FILHO, JOSE RAIMUNDO TOSTA SANTOS e ROMEU BUENO DE CAMARGO.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10665.000759/2002-01

Acórdão nº. : 102-46.885

Recurso nº. : 143.036

Recorrente : CHEVEL VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.

**R E L A T Ó R I O**

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra a decisão proferida pela DRF de Belo Horizonte decorrente da constatação de divergência entre DCTF apresentada no terceiro trimestre de 1997 e o DARF correspondente.

Intimado a ser manifestar, o Recorrente esclareceu que preencherá erradamente a DCTF, vez que onde constou 3<sup>a</sup>. semana deveria ter constado 4<sup>a</sup>. semana.

Apresentados os documentos, a DRJ reformou a decisão anterior proferida mantendo exclusivamente a multa decorrente da falta de assinatura dos valores pagos a título de juros sobre capital próprio ao sócio cotista Hélcio Coutinho Gonçalves Andrade.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº. : 10665.000759/2002-01  
Acórdão nº. : 102-46.885

**V O T O**

Conselheiro SILVANA MANCINI KARAM, Relatora

A discussão restringe-se em se aceitar ou não o recibo apresentado. Ocorre que por ocasião da apresentação dos documentos e esclarecimentos em cumprimento a intimação recebida, a Recorrente apresentou uma cópia não assinado do mencionado recibo de pagamento de juros sobre capital próprio ao sócio cotista Hélcio C.G.Andrade.

Em sede de Recurso Voluntário, a Recorrente junta o mencionado recibo devidamente firmado pelo sócio cotista referido em sua versão original comprovando a autenticidade do documento.

Nestas circunstâncias, em homenagem ao princípio da verdade real e do formalismo especial que regem o processo administrativo tributário, dou provimento ao recurso.

É como voto.

Sala das Sessões - DF, em 17 de junho de 2005.

SILVANA MANCINI KARAM